



Muito a comemorar.
Muito mais a fazer.

ATA DA 32ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 31 de Janeiro de 2013 – Quinta-Feira.

Duração: das 14h40 às 20h44.

1. Pontos Financeiros
2. Distribuição de Processos Éticos
3. Designação de relator para os processos administrativos
4. Programa das Eleições 2013
5. Indicação de Representantes do CFP para os GTs da APAF
6. Adaptação e uso de testes psicológicos em pessoas com deficiência
7. Avaliação de Testes Psicológicos
8. Avaliação de instrumentos para saber se são testes psicológicos.
9. Credenciamento e credenciamento de cursos de especialização
10. Solicitação para impressão do livro do Professor Ernesto Venturini
11. Residências em Saúde
12. Campanha “Não à Medicalização da Vida”
13. Resolução CFP Nº 001/2013 e 002/2013
14. Contato com os historiadores Hernán Scholten e Hugo Vezetti do Instituto de Historia de la Facultad de Psicología de la UBA (Universidad de Buenos Aires)
15. Prêmio de Psicologia de Artigos sobre a Ditadura Civil-Militar e Repercussões sobre a Psicologia como Ciência e Profissão
16. Sugestão ao Plenário do CFP para realizar a publicação de uma revista Diálogos com o tema Relações Raciais
17. PLs de interesse da Psicologia
18. Informe sobre a Resolução CNS nº 196/96 – Regulamenta a pesquisa com seres humanos
19. Proposta de procedimentos para a avaliação do Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o futuro da Psicologia
20. Petição Pública Saúde + 10
21. Tragédia em Santa Maria-RS
22. Resolução CFP nº 010/2010

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona – Presidente
2. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira
3. Aluizio Lopes de Brito

CONSELHEIROS (AS):

4. Ana Paula Porto Noronha
5. Heloíza Helena M. A. Massanaro
6. Tânia Suely A. Brasileiro
7. Ana Luiza de Souza Castro
8. Ângela Maria Pires Caniato
9. Maria Ermínia Ciliberti
10. Roseli Goffman
11. Márcia M. Saadallah
12. Adriana Eiko Matsumoto

AUSENTES:

13. Deise do Nascimento
14. Clara Goldman
15. Flávia Lemos
16. Marilene Proença
17. Henrique Leal
18. Sandra Amorim
19. Marilda Castelar
20. Celso Tondin
21. Cynthia Ciarallo

O presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP –, Humberto Verona, iniciou a 32ª Plenária do XV Plenário às 14h40min do dia 31 de janeiro de 2013, falando do grande número de pontos de pauta a serem discutidos em um pequeno espaço de tempo. Sugeriu que a reunião seguisse até às 20h. O conselheiro justificou as ausências.

PONTOS FINANCEIROS - A conselheira tesoureira Monalisa Barros abriu o ponto apresentando a prestação de contas dos conselhos regionais 13, 18 e 19, dizendo que os três foram analisados e aprovados pelo departamento financeiro e pela auditoria de forma plena. O plenário votou, por unanimidade, a aprovação integral das contas desses três regionais.

Monalisa Barros apresentou as contas dos Conselhos Regionais 01, 08 e 10, que foram avaliadas com ressalvas, pois faltou anexar o inventário patrimonial. O departamento financeiro e a auditoria sugeriram que se aprovassem as contas com ressalvas, indicando que eles deveriam enviar, posteriormente, o inventário patrimonial. A aprovação das contas com ressalva dos Conselhos Regionais 01, 08 e 10 foi aceita por unanimidade.

A conselheira tesoureira apresentou, também, a prestação de contas do convênio com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP. Verificou-se que as despesas executadas estão condizentes com o plano de trabalho, objeto do presente convênio. Portanto, houve indicação favorável à aprovação da prestação de contas do referido convênio, que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti pediu vistas aos termos do convênio com a ABEP. Segundo ela, o motivo do pedido de vistas não se deve à prestação de contas, mas à questão das residências. O objetivo é analisar os termos técnicos do convênio para avaliar a adequação à nova estrutura de cursos.

Monalisa Barros apontou que a consulta de Maria Ermínia, aos termos do convênio, surgiu em um momento pertinente, pois o convênio com a ABEP

para o ano de 2013 ainda não foi assinado. Portanto, se alguém quiser acrescentar ou modificar o documento, este se mostra um momento adequado para tal.

Finalizada a discussão do ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Há três CRPs aprovados sem ressalvas em suas prestações de conta, a saber: 13, 18 e 19.
- Há três CRPs aprovados com ressalva idêntica: falta o inventário patrimonial. São os regionais 01, 08 e 10.
- Prestação de contas da ABEP (convênio 1/2012): As despesas encontram-se condizentes, portanto, o convênio foi aprovado por unanimidade. Maria Ermínia Ciliberti pediu vistas dos termos técnicos do convênio e os objetivos para o ano de 2013. A conselheira averiguará como está incluída, no plano de formação, a questão das residências.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS - O presidente Humberto Verona abriu o ponto informando que há 28 processos éticos a serem distribuídos, para que sejam julgados até o meio do ano de 2013. Geralmente, a Divisão de Referências Técnicas faz o contato com os conselheiros e realiza a distribuição, com a orientação do conselheiro Aluizio Brito. No entanto, considerando a dificuldade de encontrar conselheiros disponíveis para relatorias em março de 2013, a distribuição será feita nessa reunião plenária, a fim de facilitar as negociações e para que os membros do colegiado possam, voluntariamente, se apresentar.

O conselheiro Aluizio Brito falou das regras de distribuição de processos éticos. Propôs que não se fizesse plenária ética em maio devido ao grande número de eventos nesse mês, passando, então, essa plenária para setembro. Falou dos processos administrativos, havendo apenas dois a serem apreciados. Informou que, conforme autorizado em reunião de diretoria, haverá plenária extraordinária de julgamentos de processos éticos no dia 25 de julho

3

de 2013. Não haverá julgamento de processos éticos nos meses de agosto e setembro, considerando que são meses dedicados às eleições do Sistema Conselhos. Os processos retornarão em outubro e novembro. Já no mês de dezembro, também não haverá julgamento, pois será o mês de encerramento da gestão.

Apresentou o controle de relatores 2013 (em anexo), fazendo alterações na tabela conforme a disponibilidade dos conselheiros.

Terminada a distribuição, a situação dos processos éticos ficou da seguinte forma:

• **Mês de abril:**

1. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 316/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 002/08)

Relator: Henrique Rodrigues

Data do julgamento: 26/4

2. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3314/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-09 nº 016/08)

Relator: Flávia Lemos

Data do julgamento: 26/4

3. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3232/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-07 nº 008/09)

Relator: Marilene Proença

Data do julgamento: 26/4

4. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2048/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 16/09)

Relator: Monalisa Barros

Data do julgamento: 26/4

5. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2266/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-12 nº 308/09)

Relator: Celso Tondin

Data do julgamento: 26/4

• **Mês de junho:**

1. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2947/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-09 nº 008/10)

Relator: Adriana Eiko

Data do julgamento: 28/6

2. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3146/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-05 nº 0865/05)

Relator: Ana Luiza Castro

Data do julgamento: 28/6

3. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3308/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 004/10)

Relator: Cynthia Ciarallo

Data do julgamento: 28/6

4. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3347/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 020/09)

Relator: Heloiza Massanaro

Data do julgamento: 28/6

5. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3348/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 017/09)

Relator: Roseli Goffman

Data do julgamento: 28/6

• **Mês de julho:**

1. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3565/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 007/10)
Relator: Cynthia Ciarallo
Data do julgamento: 26/7
2. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3622/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 009/10)
Relator: Celso Tondin
Data do julgamento: 26/7
3. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3623/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 003/09)
Relator: Monalisa Barros
Data do julgamento: 26/7
4. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3237/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-02 nº 1/2004)
Relator: Flávia Lemos
Data do julgamento: 26/7
5. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3772/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 15/2008)
Relator: Henrique Rodrigues
Data do julgamento: 26/7
6. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 4629/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-03 nº 5/2010)
Relator: Ermínia Ciliberti
Data do julgamento: 26/7
7. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3735/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 9/2010)

Relator: Marilda Castelar

Data do julgamento: 26/7

8. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 3746/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 4/2011)

Relator: Sandra Amorim

Data do julgamento: 26/7

• **Mês de setembro:**

1. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 1786/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 30/06)

Relator: Marilda Castelar

Data do julgamento: 20/9

2. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2001/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-08 nº 18/09)

Relator: Heloiza Massanaro

Data do julgamento: 20/9

3. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2670/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 01/10)

Relator: Sandra Amorim

Data do julgamento: 20/9

4. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2677/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-06 nº 31/09)

Relator: Tânia Brasileiro

Data do julgamento: 20/9

5. Processo Disciplinar Ético CFP Nº 2720/2012 (Recurso do Processo Disciplinar Ético CRP-14 nº 005/08)

Relator: Ermínia Ciliberti

Data do julgamento: 20/9

DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS -

O conselheiro Aluizio Brito apresentou o ponto que tinha por objetivo definir dois conselheiros para produzir relatórios para os processos administrativos, a serem julgados na próxima plenária. As conselheiras Tânia Brasileiro e Monalisa Barros ficaram responsáveis pela confecção dos relatórios, conforme a exposição abaixo:

1. Processo Administrativo nº 2474/12 (CRP 06): Indeferimento do Título de Especialista em Psicologia do Trânsito. Relatora: Tânia Brasileiro. Mês do julgamento: março.
2. Processo Administrativo nº 4350/12 (CRP 11): Indeferimento do Título de Especialista em Psicologia Hospitalar. Relatora: Monalisa Barros. Mês do julgamento: abril.

PROGRAMA DAS ELEIÇÕES 2013 - Antes de iniciar o ponto, o conselheiro Aluizio Brito informou que, além da empresa contratada para realizar as eleições pela internet, há outra empresa contratada, independente, que tem a função de auditar o programa. Essa empresa deve estar presente na construção do programa, durante e após a realização do pleito, auditando as atividades em todos os momentos. Propôs que os conselheiros fizessem, à empresa contratada para a realização das eleições, Oak Soluções, todas as perguntas referentes à realização de eleições pela internet.

Os representantes da Oak Soluções entraram na sala de reunião para apresentarem o sistema aos conselheiros. A empresa iniciou sua apresentação sobre Eleições pela Internet. Explicou pormenorizadamente cada item exposto, entre eles, as vantagens de se fazer uma eleição via internet e as garantias da segurança do processo. Abriu espaço para dúvidas, respondendo a todos os questionamentos dos conselheiros.

O presidente Humberto Verona solicitou que o Diretor Comercial da Oak Soluções, Alexandre Swioklo, falasse tudo o que foi combinado com o CFP. Em resposta, Alexandre disse que muita coisa foi conversada, porém, poucas

coisas foram efetivamente firmadas pela comissão eleitoral. O conselheiro Aluizio Brito propôs que se sugerisse à comissão eleitoral o horário de início e de encerramento das votações. Propôs, também, que tudo que se fizesse fosse anotado para levar à referida comissão. Questionou se a carta com a senha para efetuar a votação seria enviada ao eleitor ou se este se cadastraria para recebê-la. Este é outro ponto que precisa ser discutido para ser levado à comissão eleitoral. Questionou, também, quanto tempo demora para que se saiba o resultado final depois de terminada a votação. Alexandre respondeu que leva, no máximo, um minuto. Falou dos tipos de resultado que seriam disponibilizados em relatório.

A conselheira Tânia Brasileiro questionou se o administrador do sistema poderia alterar o resultado das eleições. O representante disse que não, informando como funciona a segurança do sistema para que não haja possibilidade de ocorrer esse tipo de situação.

A conselheira Roseli Goffman sugeriu que o formulário das chapas pudesse ser padronizado e que tivesse uma data limite para ser publicado, obtendo a concordância da empresa contratada. Falou da importância da padronização. Sua opinião é favorável a disponibilizar a senha por meio do sistema, pois as gráficas podem ser vulneráveis. O representante apresentou soluções para resolver o embate. Lembrou que as informações publicadas no site serão, antes de ir ao ar, visualizadas por um membro da comissão eleitoral. Falou do acompanhamento que é feito junto às gráficas, a fim de se evitar fraudes. Citou, também, da economia que se faz quando o eleitor gera a própria senha. Caso a pessoa não consiga obter a senha pelo site, poderá ir ao respectivo regional e emitir sua senha de lá.

A conselheira Monalisa Barros perguntou se, dentro do sistema, poderia ser feito um recadastramento direto, obtendo resposta positiva do representante. Segundo a conselheira, é importante que tudo funcione o mais rápido possível, pois a fase de testes precisa começar o quanto antes. Citou erros do sistema de recadastramento que estavam sendo alvo de queixas.

Alexandre Swioklo encerrou a exposição dizendo que a empresa estará sempre aberta a dúvidas e sugestões. O presidente Humberto Verona agradeceu aos representantes, que, em seguida, deixaram a plenária.

Aluizio Brito abriu o site do WebVoto e fez algumas explicações a respeito. Disse que a ideia era que não fosse um site de debate e nem de campanha, mas sim um site de informação. Apresentou, na tela, os membros das comissões eleitorais.

Finalizado o ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- A comissão eleitoral pode sugerir o desenvolvimento do cadastro de eleitores dentro do próprio site do CFP. Esse processo deve começar imediatamente.
- Há várias queixas de psicólogos que não conseguem acessar o próprio cadastro e que encontram seus dados incorretos, sem possibilidade de corrigi-los. Verificar como isso poderá ser resolvido.

INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DO CFP PARA OS GTS DA APAF - O presidente Humberto Verona apresentou o ponto, que visava a decidir quais conselheiros representariam o CFP nos grupos de trabalho formados na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF – do mês de dezembro de 2012.

Além de proceder à definição dos representantes do CFP, os conselheiros reafirmaram as tarefas de cada grupo de trabalho, quais sejam:

- **GT sobre Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas:** Elaborar uma minuta de documento que servirá de subsídio à orientação e fiscalização aos profissionais que trabalham nessa área. A minuta deverá ser entregue na APAF de maio de 2013. Representantes do CFP: Ana Luiza Castro e Aluizio Brito, com a consultoria de Rosemeire Aparecida Silva.

- **GT para Evidenciar a Resolução 018/2002:** Deverá organizar um conjunto de propostas que operacionalize e confira maiores destaques aos encaminhamentos referentes à dita Resolução até dezembro de 2013. Representante do CFP: Marilda Castelar.
- **GT de Atualização do Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do CFP:** Atualizar o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos, em seis meses. Representante do CFP: Monalisa Barros.
- **GT Laicidade e Psicologia:** Elaborar estratégias e eixos de discussão sobre o tema Laicidade e Psicologia. O GT deverá trazer propostas de intervenção na APAF de maio de 2013. Representante do CFP: Roseli Goffman.
- **GT Teste Rápido para Diagnóstico de HIV:** Elaborar uma nota técnica versando sobre o referido teste. Representante do CFP: Monalisa Barros.

Após a definição dos componentes dos GT para representar o CF, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Deixar registrado, no site do CFP, que o GT da APAF de Álcool e Outras Drogas está fazendo um documento sobre o tema para maio. Colocar o nome dos integrantes do GT no site.
- O CFP proporá ao GT de Teste Rápido que a nota não seja só para diagnosticar HIV, mas, também, outras doenças.

ADAPTAÇÃO E USO DE TESTES PSICOLÓGICOS EM PESSOAS, COM DEFICIÊNCIA - A conselheira Ana Paula Noronha abriu o ponto informando que essa foi uma demanda da Comissão de Fiscalização e Orientação do CRP 12, que questionou sobre a possibilidade de transcrição em braile dos testes psicológicos. Esse é um assunto muito frequente na Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCAP –, versando sobre o que fazer com pessoas que têm características específicas e que precisam de outra forma de aplicação dos

testes. O fato de uma pessoa ter algum tipo de deficiência não significa que não possa participar de processos avaliativos. Pensando nisso, a referida comissão elaborou uma nota técnica (em anexo), que foi lida ao plenário por Ana Paula Noronha.

Após a leitura, Ana Paula Noronha explicou aos conselheiros que a referida nota técnica está anunciando que as pessoas devem fazer adaptações no âmbito de pesquisa, que esses instrumentos devem ser preparados para medir construtos em quaisquer pessoas. Porém, isso não é o que acontece no cenário atual, pois os instrumentos hoje utilizados não estão preparados para medir qualquer pessoa. No entanto, citou os riscos que existem em se fazer uma adaptação personalizada, pois tais adaptações podem retirar a validade e a precisão do instrumento.

Os conselheiros fizeram reparos ao texto a fim de torná-lo mais claro. Os ajustes foram no sentido de deixar claro que nenhuma adaptação será recomendada sem prévio estudo, devido aos riscos envolvidos.

Após discussão e ajustes, a nota técnica foi aprovada com as alterações sugeridas.

Finalizado o ponto, foi definido o seguinte encaminhamento:

- A Nota Técnica foi aprovada com alterações. O documento deverá ser encaminhado às universidades e publicado no site do CFP.

AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS - A conselheira Ana Paula Noronha apresentou o ponto, falando da Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção – BPA. Informou que a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Sistema de Avaliações Psicológicas – SATEPSI – se manifestou favorável a esse instrumento, que obteve nota máxima pela avaliação dos pareceristas. O parecer da comissão foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, Ana Paula Noronha falou do Teste de Memória de Reconhecimento – TEM-R. A comissão considerou o teste satisfatório e preciso e sugeriu que este fosse aprovado. O parecer da comissão foi aprovado, com uma abstenção.

O terceiro teste apresentado foi o Myers-Briggs Type Indicator – MBTI. A comissão recomendou a aprovação desse instrumento. O parecer da comissão foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

O último instrumento apresentado foi o Teste de Habilidades Sociais em Crianças em situação escolar – THAS-C. A comissão foi favorável à aprovação do referido teste. O parecer da comissão foi aprovado, com uma abstenção.

Encaminhamentos:

- Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção – BPA. Teste aprovado com parecer favorável por unanimidade.
- Teste de Memória de Reconhecimento – TEM-R. Teste aprovado com O parecer da comissão foi aprovado por maioria, com uma abstenção.
- Myers-Briggs Type Indicator – MBTI. Teste aprovado com parecer da comissão, foi aprovado por maioria, com uma abstenção.
- Teste de Habilidades Sociais para Crianças em situação escolar – THAS-C. O parecer da comissão foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA SABER SE SÃO TESTES PSICOLÓGICOS - A conselheira Ana Paula Noronha apresentou o ponto, informando que se trata de um caso diferente do que se tem discutido nesse plenário. É o Procedimento Desenho-Estória elaborado por Walter Trinca, um material muito antigo da Psicologia e que se refere a técnicas de desenho. Em determinado momento, um livro foi encaminhado ao SATEPSI, e o autor não queria que o referido procedimento fosse considerado um teste psicológico. Em vista disso, a comissão orientou que eles preparassem um material que fosse entendido como uma técnica, mas não como um instrumento psicológico, podendo ser usado tanto por psicólogos, quanto por outros profissionais.

O parecer da comissão, a favor de que o desenho-estória fosse entendido como uma técnica, e não como um teste psicológico, foi aprovado por unanimidade.

CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO - O conselheiro Aluizio Brito apresentou a relação dos pedidos de credenciamento e recrenciamento a serem julgados, conforme a seguinte disposição:

- **Processo nº 013/2012** – Recredenciamento do Núcleo Formador Instituto Carioca de Gestalt-Terapia / Curso oferecido: Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt Terapia / Especialidade: Psicologia Clínica.

O parecer da comissão favorável ao recrenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 015/2012** – Recredenciamento do Núcleo Formador CGTSC – Centro de Estudos Gestalt Terapia de Santa Catarina / Curso oferecido: Especialização em Psicologia Clínica na Abordagem Gestáltica / Especialidade: Psicologia Gestáltica.

O parecer da comissão favorável ao recrenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 018/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador Centro de Atividades, Desenvolvimento e Estudos – CADE / Curso oferecido: Psicologia do Trânsito / Especialidade: Psicologia do Trânsito.

O parecer da comissão favorável ao credenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 019/2012** – Recredenciamento do Núcleo Formador Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde / Curso oferecido: Psicologia Hospitalar e da Saúde / Especialidade: Psicologia Hospitalar.

O parecer da comissão favorável ao recrenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 020/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador SET – Sociedade Educacional pela Cidadania no Trânsito / Curso oferecido: Especialização em Psicologia do Trânsito / Especialidade: Psicologia do Trânsito.

O parecer da comissão, que solicita condições para que o curso seja aprovado, foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 025/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador Universidade São Francisco / Curso oferecido: Especialização em Psicologia do Trânsito / Especialidade: Psicologia do Trânsito.

O parecer favorável da comissão foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

- **Processo nº 026/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador E. A. Estudos Avançados Ltda. – ME / Curso oferecido: Especialização em Psicologia Psicanalítica Contemporânea, particularmente a Psicossomática / Especialidade: Psicologia Clínica.

O parecer da comissão favorável ao credenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 029/2012** – Credenciamento do Núcleo Formador UNIFRAN – Universidade de Franca / Curso oferecido: Especialização em Psicologia do Trânsito / Especialidade: Psicologia do Trânsito.

O parecer da comissão favorável ao credenciamento foi aprovado por unanimidade.

- **Processo nº 024/2011** – Credenciamento do Núcleo Formador Associação Educacional de Araras / Curso oferecido: Especialização em Psicologia do Trânsito / Especialidade: Psicologia do Trânsito.

O parecer da comissão favorável ao credenciamento foi aprovado por unanimidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

SOLICITAÇÃO PARA IMPRESSÃO DO LIVRO DO PROFESSOR ERNESTO VENTURINI - O presidente Humberto Verona abriu o ponto falando do pedido realizado pelo psiquiatra italiano Ernesto Venturini para que seu livro, intitulado "O Crime Louco", fosse impresso pelo CFP. Lembrou que esse material já foi publicado pela entidade no formato de CD, sendo lançado na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, com a presença do próprio Venturini, que veio da Itália para a ocasião. No lançamento, o psiquiatra fez um apelo para que o CFP pudesse confeccionar o livro impresso, pois ele entendia que o CD era uma forma mais ágil e mais econômica, porém, em sua opinião, o livro impresso nunca seria substituído por CDs. O presidente informou que, depois da realização da 2ª Mostra, Venturini enviou vários e-mails pedindo posicionamento do colegiado sobre a referida publicação, e, na semana anterior, o pesquisador Virgílio de Mattos, que acompanhou toda a trajetória do livro, também efetuou contato solicitando posicionamento a respeito. Esclareceu que trouxe a indicação ao plenário com o intuito de que o Conselho pudesse rever e reconsiderar a impressão do livro, não só pela qualidade do conteúdo, mas, também, pela pessoa de Ernesto Venturini, intelectual reconhecido mundialmente.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti disse que, de qualquer maneira, é preciso fazer uma campanha de divulgação desse livro, pois merece uma valorização maior. A conselheira Roseli Goffman achou que o conteúdo do livro tinha total afinidade com a pauta do CFP, sendo um símbolo da luta antimanicomial. Segundo ela, não há nenhum motivo que impeça a impressão e distribuição ou comercialização, do respectivo material. Sugeriu que o autor estivesse presente na conferência de lançamento. A conselheira Adriana Eiko também foi a favor da impressão, pois trata-se de conteúdo muito importante para a formação, universidades e pesquisadores, sendo é um tema ainda muito carente em referências bibliográficas. É uma contribuição que o CFP pode dar, pois tem muito a ver com as lutas políticas defendidas pela entidade. Disse ser totalmente favorável à publicação impressa, porém, é preciso checar se a referida ação estará adequada ao orçamento do colegiado.

Terminada a exposição do ponto, o presidente perguntou se todos concordavam com a publicação do livro impresso, obtendo resposta positiva de todos. Concluiu dizendo que o orçamento será feito para que se veja a viabilidade e o número de exemplares a serem confeccionados.

Os seguintes encaminhamentos foram listados:

- Aprovada a proposta de impressão do livro.
- Fazer uma campanha de divulgação desse material.
- Solicitar orçamentos e ver viabilidade de quantidade.

RESIDÊNCIAS EM SAÚDE - O presidente Humberto Verona abriu o ponto, informando que há um GT constituído no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB – sobre Residências em Saúde, para o qual o CFP deve indicar um representante. Discorreu sobre a nova dinâmica do FENPB, que, segundo ele, está muito mais envolvido nas atividades, pois as novas direções das entidades estão mais motivadas e empenhadas.

Segundo a conselheira Maria Ermínia Ciliberti, há uma questão específica do CFP sobre o reconhecimento ou não da residência multiprofissional como especialidade. Felizmente, as residências logram sucesso no país.

O presidente Humberto Verona sugeriu que essas questões fossem levadas à Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI. Com concordância da plenária, Maria Ermínia Ciliberti assumiu a tarefa de representar o CFP no GT e, assim, mapear e fazer o planejamento para verificar se a residência é ou não uma tarefa técnica. A conselheira fará o plano de trabalho, levando, também, ponto de pauta ao FENPB.

Houve o seguinte encaminhamento:

- Maria Ermínia Ciliberti deverá ir à primeira reunião do GT, para avaliar se deve indicar outras pessoas. A conselheira tentará marcar reunião com Fernanda Magano, presidente da FENAPSI, para preparar material para a reunião do GT.

CAMPANHA NÃO À MEDICALIZAÇÃO DA VIDA - A conselheira Monalisa Barros leu o texto "Oito razões para uma campanha contra a medicalização da vida" (em anexo), elaborado por ela e pelas conselheiras Marilene Proença e Flávia Lemos. Após a leitura, a conselheira Ana Luiza Castro perguntou para quem era esse documento. Monalisa Barros respondeu que o referido texto surgiu de uma necessidade interna do CFP.

A conselheira Adriana Eiko expôs sua opinião no sentido de que muitos pontos listados no documento têm a ver com a patologização. Falou que a medicalização é um processo que se desdobra a partir da patologização. Segundo ela, a questão conceitual do termo patologizar se traduz em transformar questões sociais complexas em um rótulo, em um diagnóstico. Sendo assim, medicalização seria a resposta que se dá à patologização. Monalisa Barros respondeu às colocações de Adriana Eiko, afirmando que o conceito de medicalização não tem a ver com o uso de medicamentos. A medicalização é um processo de transformar questões sociais em questões médicas, o que implica patologizar. Reforçou que a campanha não é contra os médicos, nem contra os remédios, mas contra a transformação de tudo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, portanto patologização.

Os conselheiros propuseram mudanças ao texto do documento, a fim de torná-lo mais claro e objetivo. A conselheira Roseli Goffman propôs que se formasse um grupo para cuidar do documento. É importante que o texto não fique entendido como uma afronta a outras profissões.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti expôs sua opinião sobre trechos do texto e propôs mudanças. Propôs que a questão fosse avaliada politicamente, com calma. É importante, segundo ela, se aliar a outras categorias e, assim, aprofundar a questão. Falou, também, da Psicofobia, alertando que essa é uma questão que precisa ser aprofundada.

A conselheira Monalisa Barros propôs que esse assunto fosse levado ao Planejamento Estratégico, citando a oficina que inclui a psicofobia dentro da discussão do tema medicalização, que poderia ser ampliada para muitos outros atores sociais. Sugeriu que, a partir do texto elaborado, fossem feitas as

melhorias necessárias e, também, a proposição de uma oficina em que se possa construir todas as etapas do papel do CFP ao longo do ano de 2013.

Os conselheiros deliberaram os seguintes encaminhamentos:

- Fazer revisão do texto e uma consulta mais ampla sobre os conceitos.
- Contemplar relação com os usuários e outros conselhos profissionais.
- Fazer oficina incluindo a psicofobia dentro do âmbito da medicalização.
- Levar o tema ao Planejamento Estratégico.

RESOLUÇÕES CFP Nº 001/2013 E 002/2013 - O presidente Humberto Verona abriu o ponto informando que este seria rápido, pois só seria necessário aprovar duas resoluções. A Resolução CFP nº 001/2013 cria os Conselhos Regionais de Psicologia da 21ª e 22ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências. Já a Resolução CFP nº 002/2013 cria o Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.

As duas resoluções foram aprovadas por unanimidade.

CONTATO COM OS HISTORIADORES HERNÁN SCHOLTEN E HUGO VEZETTI DO INSTITUTO DE LA FACULTAD DE PSICOLOGÍA DE LA UBA (UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES) - O presidente Humberto Verona apresentou o ponto e seu objetivo. A presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, entrou em contato com o CFP para falar sobre o e-mail da Sra. Estela Dominguez. Neste, é mencionada a possibilidade de acesso a documentos referentes às torturas praticadas no período da ditadura, que se encontram com os historiadores Hernán Scholten e Hugo Vezetti. O presidente mostrou os contatos realizados que deram origem ao ponto (em anexo). Sugeriu que o material fosse analisado e avaliado para verificar se há pertinência com a Psicologia.

A conselheira Ângela Caniato informou que a psicóloga Cecília Coimbra está envolvida, há muito tempo, com esse tema e discorreu sobre sua trajetória. Disse que gostaria muito de estar envolvida nessa questão e reforçou a importância de se verificar o teor do documento.

Foram listados os seguintes encaminhamentos:

- O CFP, por meio das conselheiras Ana Luiza Castro e Ângela Caniato, terá acesso ao material e avaliará se é pertinente à Psicologia. Se não for, encaminhar a quem de direito.
- É importante averiguar se há outros profissionais envolvidos.
- Enviar ofício questionando se é possível enviar o material para o Brasil.

PRÊMIO DE PSICOLOGIA DE ARTIGOS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR E REPERCUSSÕES SOBRE A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO - Ao iniciar o ponto, a conselheira Monalisa Barros falou da recomendação que se mantivesse a premiação em dinheiro, pois todos os prêmios do Conselho têm um valor específico como premiação, e seria interessante manter o mesmo valor dos prêmios anteriores. O plenário acatou a sugestão de Monalisa. O presidente Humberto Verona questionou se os conselheiros trouxeram nomes como sugestão para compor a comissão avaliadora do prêmio, obtendo resposta negativa. Sugeriu, então, que os nomes fossem enviados para que se decidisse nos próximos dias os componentes da referida comissão.

Após discussão, os conselheiros indicaram os seguintes nomes: Maria Auxiliadora (Dodora), Nazaré Zenaide, Cecília Coimbra, Marcus Vinícius de Oliveira, Jureuda Guerra e Pedro Pontual. Os conselheiros indicarão mais nomes e a conselheira Ângela Caniato coordenará a comissão.

As conselheiras Ângela Caniato e Ana Luiza Castro, juntamente com Maria Auxiliadora (Dodora), da Comissão Nacional de Direitos Humanos – CNDH –, elaboraram a minuta de regulamento do Prêmio de Psicologia de Artigos sobre a Ditadura Civil-Militar e Repercussões sobre a Psicologia como Ciência e Profissão. Ângela Caniato apresentou o regulamento ao plenário, informando que este já havia sido aprovado pela Diretoria. O plenário aprovou o regulamento, com a alteração de que a premiação seria realizada em dinheiro.

Monalisa Barros lembrou que deverá ser feita a arte do folder e do cartaz, para que se possa fazer a divulgação. Falou dos prazos para elaboração, divulgação, avaliação e premiação. Sugeriu que se fizesse um

enxugamento do tempo, para que o prêmio fosse finalizado ainda em dezembro de 2013, dentro dessa plenária.

Ana Luiza Castro falou sobre uma oficina coordenada por Jane Calhau e Tânia Kolker, em que estiveram presentes todos os regionais, inclusive os novos, com exceção do CRP 03, onde se tratou sobre assuntos da ditadura militar. Considerou a oficina muito produtiva. Segundo a conselheira, o Sistema Conselhos está bastante empenhado nesse tema. Citou conselhos que estão muito mobilizados, como São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul.

Ao final do ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Aprovada premiação pecuniária.
- Constituirão a comissão avaliadora: Maria Auxiliadora (Dodora- SP), Nazaré Zenaide (PB), Cecília Coimbra, Marcus Vinícius de Oliveira (BA), Jureuda Guerra (PA), Pedro Pontual (SP). Coordenação: Ângela Caniato (PR).
- Os conselheiros irão indicar mais nomes.
- Fazer arte, folder, hotsite e plano de divulgação.
- Regulamento aprovado.
- Não será possível fazer a premiação antes do processo eleitoral.

SUGESTÃO AO PLENÁRIO DO CFP PARA REALIZAR A PUBLICAÇÃO DE UMA REVISTA DIÁLOGOS COM O TEMA RELAÇÕES RACIAIS - A conselheira Adriana Eiko apresentou o ponto, falando do tema de publicação que foi sugerido pela APAF. A intenção é avaliar, juntamente com o plenário, a possibilidade de publicação. Verificar, também, se essa gestão fará um esforço para tentar encaminhar o tema a tempo, ou se proporá o assunto à próxima gestão, em decorrência do pouco tempo restante.

O presidente Humberto Verona considerou importante informar na APAF de maio o fato de haver duas revistas Diálogos já em andamento, com temas

definidos, e que não haverá uma terceira em 2013. Sugeriu que ficasse como tema indicativo para a próxima gestão do CFP trabalhar.

Os conselheiros acordaram que o tema será levado à APAF de maio.

Encaminhamento:

- O tema, após ser levado à APAF, será sugerido à próxima gestão do CFP.

PLS DE INTERESSE DA PSICOLOGIA - A conselheira Monalisa Barros abriu o ponto lembrando o fato de que, antigamente, havia pareceres técnicos sobre cada um dos assuntos, o que não mais acontece. Sugeriu que seria útil realizar um exercício de separar PLs que estejam sem parecer técnico e designar um conselheiro para acompanhar, juntamente com um analista, assessor ou técnico, a construção do respectivo parecer, para que esse possa ser utilizado quando necessário. Essa ação ajudaria a organizar o trabalho da Assessoria Parlamentar. P.

Após a sugestão, apresentou em slide o documento "Monitoramento de PLs" (em anexo). A partir da tabela, organizou os nomes dos conselheiros que acompanharão os PLs, conforme listagem abaixo:

- Os seguintes conselheiros confeccionarão pareceres sobre os PLs:
 - 1) **PLS 268/2002** – Dispõe sobre o exercício da Medicina. Celso Tondin.
 - 2) **PEC 33/2012** – Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimizabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. Sandra Amorim.
 - 3) **PL 7663/2010** - Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências. Ana Luiza Castro.
 - 4) **PL 7.081/2010** - Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da Dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDH), na educação básica. Marilene Proença.
- P.
S.
W.
M.

- 5) **PL 3688/2000** - Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Marilene Proença.
- 6) **PL 105/2007** - Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Inclui o ensino da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio. Tânia Brasileiro.
- 7) **PLC 76/2011 (PL7500/2006)** – Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. Tânia Brasileiro.
- 8) **PL 6755/2010 (PLS 414/2008)** – Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade. Tânia Brasileiro.
- 9) **PL 3338/2008** - Fixa a carga horária de Psicólogos e dá outras providências. Monalisa Barros.
- 10) **PL 5440/2009** - Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia. Monalisa Barros.
- 11) **PDC 234/2011** - Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Celso Tondin.
- 12) **PL 4364/2012** - Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Aluizio Brito.
- 13) **PL 4715/1994 (PLC 01/2002)** – Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humano em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências. Flávia Lemos.
- 14) **PL 1220/2007** – Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde. Ermínia Ciliberti e Anice.

- 15) **PL 7200/2010** – Altera o § 1º do art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social. Ermínia Ciliberti.
- 16) **PL 4312/2008** - Acrescenta disposição à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Adriana Eiko.
- 17) **PL 1011/2011** - Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências. Tânia Brasileiro e Marilene Proença.
- 18) **Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública.** Deise Nascimento.
- 19) **PL que estabelece responsabilidades a jovens e estudantes.** Flávia Lemos.

INFORME SOBRE A RESOLUÇÃO CNS Nº 196/96 – REGULAMENTA A PESQUISA COM SERES HUMANOS - A conselheira Maria Ermínia Ciliberti apresentou o ponto, cujo objetivo era informar ao plenário que a resolução foi republicada com o mesmo número, versão 2012. Apontou que a alteração da Resolução CNS nº 196 já estava tramitando há muito tempo no Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovada por consenso. Solicitou que o documento fosse enviado a todos os conselheiros. Casó alguém queira sugerir procedimentos e detalhamentos, ainda há tempo, pois essa é a fase de interferir e dar palpites pertinentes.

PROPOSTA DE PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DO PRÊMIO MONOGRÁFICO CÉSAR ADES: DESAFIOS PARA O FUTURO DA PSICOLOGIA - A conselheira Tânia Brasileiro apresentou o ponto, mostrando o documento com itens do regulamento do Prêmio Monográfico César Ades. Falou dos trabalhos e do número do inscritos, divididos por CRPs e por regiões (em anexo). Mostrou os subtemas divididos por categoria. Informou que todos os trabalhos foram do Brasil, pensando na Psicologia na América-Latina. Há trabalhos pré-aprovados e pré-reprovados, segundo os critérios de pré-aprovação e pré-reprovação. Falou do auxílio que obteve de Flávia Medeiros, assessora da Assessoria de Comunicação – Ascom. Disse que, na grande maioria dos trabalhos pré-reprovados, os motivos da inadequação foram: trabalhos com mais de um autor, com nomes de orientador, fora do formato

exigido, sem título, sem capa, com muitas páginas e com temas impertinentes. Citou os membros da comissão julgadora. Apresentou a Minuta Crivo (em anexo). Disse à plenária que a reunião telefônica sobre o tema seria online e, se possível, por videoconferência.

A conselheira Monalisa Barros sugeriu que a reunião fosse feita com os grupos separadamente, para facilitar o processo, e que uma consulta via Doodle fosse realizada, a fim de melhor organizá-la. Acrescentou que este ponto está listado como um informe, e não como uma deliberação, pois Tânia Brasileiro, como coordenadora do grupo, tem a autonomia para dar andamento aos desdobramentos da questão. Concluiu dizendo que tem boas expectativas quanto ao prêmio. Elogiou a estratégia de divulgação, pois nunca o CFP teve um prêmio com tantos inscritos. Sugeriu que se passasse parte desse ponto à Assessoria de Comunicação, pois Flávia Medeiros é jornalista.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti sugeriu que se fizesse a conta dos inscritos de acordo com o número de psicólogos na base, para se ter uma noção exata desse número.

Monalisa encerrou o ponto parabenizando Tânia pelo trabalho realizado. A plenária listou os seguintes encaminhamentos:

- Fazer consulta, por meio do Doodle, a fim de organizar reunião telefônica.
- Disponibilizar todo o material referente ao prêmio aos conselheiros.

O presidente Humberto Verona precisou retirar-se da reunião para ir ao pronto-socorro, devido a uma crise alérgica. A partir de então, a conselheira Monalisa Barros seguiu presidindo os trabalhos.

PETIÇÃO PÚBLICA SAÚDE + 10 - A conselheira Maria Ermínia Ciliberti abriu o ponto falando o que é o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10 –, que busca destinar 10% do Orçamento para a saúde pública. Informou que haverá uma grande mobilização do Saúde +10 na Semana Mundial da Saúde, no dia 10 de abril de 2013. O movimento já conta com 700 mil assinaturas e tem a intenção de chegar à marca de 1,3 milhão de assinaturas.

A conselheira Monalisa Barros acrescentou que, após a confecção do mapa de tudo o que o colegiado deverá fazer no ano de 2013, haverá mais condições de analisar qual será o tamanho da mobilização que poderá ser colocada nessa ação. Solicitou que, no Planejamento Estratégico, houvesse uma ação para que se saiba quanto será gasto e qual a dimensão de apoio que poderá ser ofertada. Se ficar definido que o CFP participará, serão produzidos cartazes e os conselhos regionais serão convocados. Sugeriu que se colhessem assinaturas no Congresso Nacional da Psicologia – CNP – e COREPs – Congressos Regionais de Psicologia.

Ficou acordado o seguinte encaminhamento:

- A ação será discutida dentro do Planejamento Estratégico, em fevereiro.

TRAGÉDIA EM SANTA MARIA-RS - A conselheira Ana Luiza Castro abriu espaço para falar da morte de seis estudantes de Psicologia no incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria-RS. Propôs que se fizesse algo relativo à tragédia, incluindo, também, um relato sobre o trabalho de psicólogos com vítimas e parentes de vítimas do incêndio. O plenário solicitou que Cristina Bravo, coordenadora da Ascom, fizesse um levantamento de tudo o que já foi feito.

A conselheira Monalisa Barros ratificou que, segundo o levantamento encaminhado por Rosana D'Ório Bohrer, presidente da Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres – Abrapede –, seis estudantes de Psicologia morreram no incêndio, ocorrido em 27 de janeiro de 2013.

Segundo a conselheira Maria Ermínia Ciliberti, a Abrapede enviou quatro psicólogos para prestar atendimento às vítimas e parentes. Informou que notas relativas ao fato sairão dos CRPs 12 e 07, do CFP e outras entidades. Falou, também, da importância de se aproximar do tema.

A conselheira Ana Luiza Castro falou das conseqüências da tragédia e da importância do CFP se pronunciar a respeito. É preciso pensar em como fazer uma homenagem aos estudantes de Psicologia mortos. Citou a importância do psicólogo nesse momento. Essa mobilização é muito importante para a Psicologia.

Monalisa Barros fez referência ao elevado número de psicólogos presentes nos primeiros momentos da tragédia, porém, no decorrer dos dias, esse número foi drasticamente reduzido, fato esse que foi noticiado nos jornais. Leu para a plenária o relatório da psicóloga Mariana Paranhos, diretora da ABRAPEDE. Após a leitura, falou da importância de se reavivar, junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação – MCTI –, a parceria com os núcleos. Solicitou a realização de uma audiência com o MCTI para retomar o convite, feito desse órgão ao CFP, para integrar a comissão das equipes de emergências e desastres. A Coordenadora-Geral do CFP, Yvone Duarte, deu detalhes sobre o convite e falou da importância de se iniciar a educação para emergências e desastres a partir das crianças. Maria Ermínia acrescentou que, pela primeira vez, o Brasil vai receber um congresso da Rede Latino-Americana de Psicologia em Emergências e Desastres, em novembro.

Quanto à homenagem aos jovens, Monalisa Barros apresentou a sugestão de Humberto Verona, que consiste em provocar a Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia – CONEP – para que produza tal homenagem. O CFP oferecerá todo o suporte, mas a protagonista será a CONEP, entidade que cuida da representação estudantil.

A conselheira Ângela Caniato informou que a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO – terá um encontro nacional em outubro de 2013, em Florianópolis-SC. Mostrou-se feliz em saber que Maria Ermínia faz parte da ABRAPEDE. Falou da estrutura avançada em psicologia em emergências e desastres em vários países da América Latina, especialmente Cuba, Chile e Argentina.

Finalizado o ponto, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Pedir que a CONEP emita nota pelos estudantes de Psicologia que morreram.
- Proposta de trabalho, junto ao CRP 07, para atender ao desastre, respeitosamente.
- Solicitar audiência com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

- Aceitar o convite para retomar as equipes de mobilização de emergências e desastres.
- Retomar, com o Ministério da Educação, a construção de materiais de prevenção.
- Sugestão de fazer o reconhecimento do trabalho com as vítimas.
- Produzir uma homenagem para as famílias das vítimas com a Abrapede.

RESOLUÇÃO CFP Nº 10/2010 - A conselheira Monalisa Barros apresentou o ponto, referente ao posicionamento do plenário acerca das ações judiciais movidas em desfavor da Resolução CFP nº 010/2010, que institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção, resolução esta que se encontra suspensa. Citou a reunião entre a Diretoria e a conselheira Ana Luiza Castro, juntamente com advogado convidado, que analisou a Resolução. Segundo o advogado, qualquer norma que o colegiado edite vedando algo ao psicólogo, será derrubada, pois o Supremo Tribunal Federal entende que é um cerceamento da liberdade do profissional escolher o que ele deseja fazer. Monalisa falou da importância de se agir rápido com relação a isso. Mesmo sendo um ano eleitoral, essa questão não pode ser deixada de lado. Essa debate tem que ser amadurecido antes mesmo da APAF de maio.

A conselheira Roseli Goffman falou da importância dessa discussão. A questão da liberdade de expressão está sendo amplamente discutida no Brasil, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal. Acha que há mais ações relativas ao tema que podem ser feitas.

Monalisa Barros encerrou o ponto solicitando que esse assunto fosse amadurecido no Planejamento Estratégico. A conselheira encerrou a plenária às 20h44min. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____
2. Monalisa N. dos Santos Barros _____
3. Aluizio Lopes de Brito _____
4. Anã Paula Porto Noronha _____
5. Heloíza Helena M. A. Massanaro _____

6. Tânia Suely A. Brasileiro _____
7. Ana Luiza de Souza Castro _____
8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Caniato*
9. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
10. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
11. Márcia M. Saadallah *Márcia M. Saadallah*
12. Adriana Eiko Matsumoto *Adriana Eiko Matsumoto*